

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 115

Período: de 13/03/04 a 19/03/04

Franca – Brasil

- 1- Jornais anunciam proximidade do aniversário de 40 anos do golpe de 1964
- 2- Falta de recursos prejudica Forças Armadas
- 3- Diplomas de graduação serão conferidos a alunos expulsos no Regime Militar
- 4- Forças Armadas atuarão contra o desmatamento na Amazônia
- 5- Viegas recebe críticas quanto ao insucesso das buscas a corpos de vítimas do Regime Militar
- 6- Aeronáutica participará de exposição em homenagem aos vinte anos da Estação Comandante Ferraz
- 7- Partido Verde é contra envio de soldados brasileiros ao Haiti
- 8- Relatório final sobre o acidente na Base de Alcântara foi emitido
- 9- Homologação de reserva indígena continua marcada por impasse
- 10- Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto que prevê a atuação do Exército no combate ao crime organizado
- 11- Soldado da Base Aérea de Salvador é assassinado
- 12- Reta final da aquisição dos caças: FAB pode ter acesso irrestrito à tecnologia e Embraer diz ser a favorita para construir os novos aviões.
- 13- Agência Espacial Brasileira deve receber até o fim do ano verba para a retomada do Projeto Espacial
- 14- Viúva de sargento que morreu no atentado do Riocentro pede promoção póstuma do marido
- 15- OEA aponta avanços em direitos humanos e faz recomendações ao Brasil

Jornais anunciam proximidade do aniversário de 40 anos do golpe de 1964

Nesta semana, os jornais publicaram reportagens sobre acontecimentos políticos relacionados ao golpe militar de 1964 em virtude da proximidade do aniversário de 40 anos do mesmo. A *Folha de S. Paulo* detalhou o clima político que antecedeu a derrubada do governo João Goulart pelos militares. O jornal *O Globo* informou que há apenas alguns anos os quartéis deixaram de celebrar o aniversário do golpe e afirmou ser importante a comemoração da continuidade democrática no Brasil. A celebração ocorrerá na forma de seminários e debates que serão realizados nas próximas semanas. Em uma coluna neste mesmo jornal, Olavo de Carvalho diz que desde o fim da ditadura, até o ano de 2002, as Forças Armadas foram colocadas em uma posição cada vez mais humilhante. O *Jornal do Brasil* publicou o quarto capítulo de sua série acerca do golpe. Nesta edição o jornal abordou o confisco de direitos de cidadãos promovidos pelos atos institucionais naquele período. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 13/03/04; Jornal do Brasil – Brasil – 14/03/04; O Globo – O País – 13/03/04; O Globo – Opinião – 13/03/04*).

Falta de recursos prejudica Forças Armadas

De acordo com o *Estado de S. Paulo*, a falta de verbas para as Forças Armadas tem acarretado em prejuízo das atividades militares. O jornal afirma que a Marinha e o Exército estão enfrentando uma de suas piores fases nos últimos tempos. Em decorrência da falta de verbas, a Marinha teve que retirar de atividade a fragata Dodsworth e o contratorpedeiro Pernambuco por falta de condições de manutenção. O Exército enfrenta dificuldades até para alimentar a tropa, comprar fardamentos e munição e pagar auxílio-transporte. A Aeronáutica - informa o *Estado* - também passa por dificuldades apesar de ter conseguido modernizar parte de suas aeronaves. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/03/04).

Diplomas de graduação serão conferidos a alunos expulsos no Regime Militar

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) concederá diplomas de engenharia a alunos que foram expulsos. Acusados de subversão, os ex-estudantes faziam parte do Centro Acadêmico da instituição, e tinham impedido que na época da ditadura o instituto fosse acessível apenas a militares. Os ex-alunos afirmaram que esse resgate foi importante para a instituição e para si próprios. (O Estado de S. Paulo – Geral – 16/03/04).

Forças Armadas atuarão contra o desmatamento na Amazônia

Segundo *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas passarão a atuar de forma integrada e sistemática no combate à devastação da floresta amazônica. Anteriormente as Forças Armadas atuavam em ocasiões especiais e com ações de inteligência nessa questão. A participação dos militares foi uma saída encontrada para a falta de fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Tal estratégia faz parte do Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal do governo federal. (O Estado de S. Paulo – Geral – 16/03/04).

Viegas recebe críticas quanto ao insucesso das buscas a corpos de vítimas do Regime Militar

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, foi criticado por parentes das vítimas da guerrilha do Araguaia no seminário "As Forças Armadas e os Direitos Humanos no Brasil" promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O ministro pediu desculpas pelos fracassos nas tentativas de se localizar as ossadas das vítimas. Segundo Viegas, os documentos oficiais sobre a guerrilha foram destruídos legalmente com base no decreto 79.099, de 6 de janeiro de 1977, que por sua vez foi revogado em 1997. Representantes do Grupo *Tortura Nunca Mais* criticaram a queima dos arquivos e declararam que generais que participaram da guerrilha mantêm documentos em casa. Além disso, foi criticado o tratamento que o governo Lula está dando à questão do "Araguaia", principalmente quando este recorreu da sentença que determina a procura dos corpos desaparecidos. O grupo, no entanto, ressaltou o caráter inédito do pedido de desculpas da parte de

um ministro brasileiro, reafirmando, porém, que isso não é suficiente. (Jornal do Brasil – Brasil – 15/03/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/03/04).

Aeronáutica participará de exposição em homenagem aos vinte anos da Estação Comandante Ferraz

O Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica promoverá exposição em homenagem aos vinte anos da Estação brasileira na Antártica “Comandante Ferraz”. Além do Instituto, o evento contará com o apoio do Observatório Nacional, Universidade Federal do Rio De Janeiro e da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos Do Mar. (O Globo – O Mundo – 15/03/04).

Partido Verde é contra envio de soldados brasileiros ao Haiti

Como já explanamos no Informe Brasil anterior, no último dia 06, o governo brasileiro decidiu enviar 1.300 soldados ao Haiti para integrar a força de paz, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste dia 17, conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o líder do Partido Verde (PV) na Câmara, deputado José Sarney Filho, declarou que seu partido é contra o envio. Segundo o congressista, o Haiti precisa muito mais de uma força humanitária do que de uma força militar. Apesar de elogiar a postura contrária do governo brasileiro à intervenção dos Estados Unidos no Iraque, Sarney Filho considera a provável ação brasileira no Caribe como um equívoco. (Folha de S. Paulo - Brasil - 17/03/04).

Relatório final sobre o acidente na Base de Alcântara foi emitido

Foi emitido, após sete meses de investigações, o relatório final sobre as causas do acidente com o Veículo Lançador de Satélites brasileiro (VLS-1), ocorrido em 22 de agosto de 2003 na base militar de Alcântara, no estado do Maranhão. O documento foi apresentado pelo ministro da Defesa José Viegas Filho, e pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos. Nenhuma causa específica foi finalmente apontada, mas foram indicados vários erros crônicos em todo o processo de montagem do foguete. Dentre as falhas está a desobediência de regras de segurança. Houve quedas de energia na base em diversas ocasiões e ainda foram utilizados veículos caseiros no transporte de equipamentos que continham materiais inflamáveis. O mais grave destes erros consistiu na instalação simultânea dos motores de propulsão e da parte elétrica do foguete, sendo que esta hipótese se configurou como a mais provável de ter provocado a explosão. No relatório foi informado que uma descarga eletrostática típica de clima seco teria iniciado o incêndio. Outro fator ressaltado pelos jornais foi o descuido quanto à manutenção dos equipamentos, uma vez que houve uma interrupção no trabalho por três meses sem que, no momento em que o reiniciaram, houvesse uma avaliação do equipamento. O jornal *O Globo*, mostrou na última sexta-feira (19) que uma seqüência de falhas latentes teria levado ao acidente e que a adoção de pelo menos uma medida de segurança a mais – como a blindagem de fios - poderia ter evitado a explosão. Ainda em consonância com o jornal, ao

apresentar o relatório da investigação sobre a explosão do VLS-1, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, confirmou que um dos quatros motores foi acionado ocasionalmente por um dos detonadores. Os técnicos acreditam que uma descarga eletrostática tenha acionado o detonador, mas ainda não se sabe precisamente a origem da descarga. Para isso, será formada uma nova comissão de investigação. O relatório confirma que os fios que levam energia aos detonadores não estavam blindados e que por isso estavam sujeitos a um acionamento eventual. Ficou comprovado que a falta de blindagem dos fios torcidos da linha de fogo que leva energia aos detonadores dos propulsores do primeiro estágio os torna passíveis de sofrer indução eletrostática. O relatório mostra também que havia fragilidade operacional na base e que faltava gerenciamento de risco. Segundo Viegas, a prova disso é o fato de 20 pessoas trabalharem ao mesmo tempo em áreas diferentes do VLS, quando o máximo permitido é de seis pessoas. Isso aumenta o risco de um esbarrão que pode produzir descarga eletrostática por causa dos choques dos corpos com o metal, especialmente durante o dia. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, é importante que se saliente que a comissão de investigação realizou uma ampla revisão crítica de todo o programa espacial brasileiro. O ministro da Defesa declarou que a razão fundamental do acidente foi a falta de recursos, uma vez que esta incidiu diretamente sobre a qualidade da manutenção e reparação dos equipamentos danificados em diversas situações. O jornal mencionado destacou que a insuficiência de recursos tem sido o problema crônico de todos os programas estratégicos brasileiros e que isto está relacionado à baixa prioridade que o governo atribui a este setor. Segundo o jornal, nenhum país com as dimensões do Brasil e em plena era das comunicações e do sensoriamento por satélites, deveria descuidar do desenvolvimento autóctone de tecnologia de ponta. Na mesma nota, *O Estado* traçou um breve histórico do desenvolvimento do Projeto Espacial brasileiro e conclui que a economia que o governo buscou realizar neste projeto acarretou, por fim, altas somas. O relatório descartou qualquer possibilidade de sabotagem. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o governo Lula pretende fazer mais uma tentativa de lançamento do VLS até o fim de seu mandato, em 2006, e para isso deverá anunciar em breve uma parceria com a Rússia. A Agência Espacial Brasileira (AEB), "entidade civil que supostamente deveria coordenar o programa espacial nacional", não teria participado das negociações com os russos, segundo o mesmo jornal. Além disso, foi noticiado também que a Associação dos Familiares das Vítimas do VLS (Asfavv) pretende reivindicar maiores indenizações ao governo. As indenizações não deverão ser menores que R\$ 100 mil, além de prever bolsas de estudos para os filhos das vítimas no valor de R\$ 400 mensalmente até que completem 24 anos. Atualmente, as mesmas são baseadas em todos os salários que as vítimas acumulariam até os 65 anos. *O Globo* noticiou que o relatório completo sobre as causas do acidente pode ser acessado no site do Ministério da Defesa (www.defesa.gov.br). Para fazer do download, porém, o ministério exige que se informe nome, CPF e endereço de correio eletrônico. (Folha de S. Paulo – Ciência – 13/03/04; Folha de S. Paulo – Ciência – 15/03/04; Folha de S. Paulo – Ciência – 16/03/04; O Estado de S. Paulo – Geral – 17/03/04; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 19/03/04; O Globo – O País – 13/03/04; O Globo – O País – 17/03/04; O Globo – Ciência – 19/03/04).

Homologação de reserva indígena continua marcada por impasse

O processo de homologação da reserva Raposa/Serra do Sol voltou a ser noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, neste dia 17, trazendo a proposta do relator da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias do Partido dos Trabalhadores (PT), de excluir da homologação a cidade de Uiramutã e as fazendas de arroz da região, como uma das possibilidades de resolver este impasse. O conselho ainda está discutindo a permanência na área do 6º Pelotão Especial de Fronteira, onde estão 60 militares. A homologação da reserva acima mencionada esteve discutida em diversos jornais no que se refere à possibilidade de haver prejuízos à segurança e à soberania nacionais. O *Informe Brasil 114* indicou um dos vieses desta discussão. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/03/04).

Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto que prevê a atuação do Exército no combate ao crime organizado

De acordo com o jornal *O Globo*, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, neste dia 17, um projeto que dá às Forças Armadas a possibilidade de colaborar no combate ao crime organizado. A proposta de autoria do senador César Borges, do Partido da Frente Liberal (PFL), ainda terá de passar pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pelo plenário. Segundo o projeto, as Forças Armadas poderão participar efetivamente de ações contra o tráfico de drogas e de armas e no policiamento de fronteiras. Já que, atualmente, os militares não têm treinamento ou permissão constitucional para participar dessas ações. O texto também modifica o Estatuto do Desarmamento ao dar às Forças Armadas o poder de autorizar e fiscalizar tanto a produção quanto à exportação, importação e a venda das armas de fogo. Bem como, assegura aos militares a responsabilidade pelo controle do registro e do porte das armas de colecionadores, atiradores e caçadores. Neste momento, cabe ao Exército apenas o controle de importação e exportação. O projeto ainda prevê que as Forças Armadas colaborem com apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução e até mesmo comandando operações de combate ao crime organizado. Não está previsto o uso de soldados no policiamento de cidades, mas isso poderá ser autorizado em casos excepcionais, como já ocorre. O policiamento das áreas de fronteira, atribuição exclusiva da Polícia Federal (PF) na legislação vigente, também poderá ser feito pelos militares. Especialmente, devido ao maior conhecimento das Forças Armadas para atuar nas áreas de florestas, bem como a falta de efetivo da PF e a enorme extensão das fronteiras. Nas áreas fronteiriças, as Forças Armadas poderão trabalhar na repressão de crimes ambientais, com autorização para patrulhar e revistar pessoas e veículos e, até mesmo, fazer prisões em flagrante. Os militares ainda poderão trabalhar em parceria com os governos federal, estaduais e municipais em obras de engenharia relacionadas à infra-estrutura do país, incluindo estradas, portos e aeroportos. Esta proposta regulariza a atuação das Forças Armadas em obras públicas, finalizando a negociação com o governo federal. Em sua cerimônia de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pediu a ajuda do Exército na recuperação das estradas e, desde então, os batalhões de engenharia têm trabalhado em diversas obras. (O Globo – O País – 18/03/04).

Soldado da Base Aérea de Salvador é assassinado

Neste dia 18, o soldado Valter Conceição Damasceno do efetivo da Base Aérea de Salvador (BA) e especialista em segurança foi assassinado próximo ao posto de guarda da Vila Militar de Itapuã. O Comando da Aeronáutica já instaurou um Inquérito Policial Militar para apurar a motivação do crime. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 18/03/04).

Reta final da aquisição dos caças: FAB pode ter acesso irrestrito à tecnologia e Embraer diz ser a favorita para construir os novos aviões.

No fim deste mês, será definida qual empresa aérea fornecerá os novos caças supersônicos da Força Aérea Brasileira (FAB), na licitação avaliada pelo governo em US\$ 700 milhões. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o avião supersônico de combate que equipará pelo menos três esquadrões do 1º Grupo de Defesa Aérea, mantido pela Aviação Militar em Anápolis (estado de Goiás), será montado no país e terá toda a tecnologia de projeto transferido, incluindo a dos avançados códigos e fontes de sistemas eletrônicos. O jornal apontou que se planeja para 2010 a aquisição de mais 108 unidades destes aviões. No sistema de armas especificado pelo Comando da Aeronáutica, deverá haver mísseis de ar-ar com alcance de 40 quilômetros e a capacidade de lançamento de bombas dirigidas por satélites GPS ou ainda mísseis leves de cruzeiro que podem encontrar seu alvo a 300 quilômetros do ponto de lançamento. Isto vale para qualquer avião escolhido pela concorrência. O jornal mostrou que os três consórcios mais cotados entre os quatro participantes igualaram suas ofertas. O detalhamento dos opcionais, e da tecnologia oferecida por cada consórcio encontra-se na mesma notícia. A *Folha* já teria colocado, porém, que o presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Maurício Botelho, declarou não ver motivos para que outro consórcio vença a concorrência da FAB, pois a proposta de sua empresa seria a melhor entre as demais. Botelho disse ainda que acreditar que os demais consórcios irão transferir tecnologia para o Brasil é uma "fantasia". A empresa brasileira está na disputa em parceria com a francesa Dassault Aviation. Os outros concorrentes são os russos do conglomerado aeroespacial Sukhoi e a parceria formada entre a anglo-sueca Gripen com os americanos da Lockheed Martin. De acordo com o *Jornal do Brasil*, o ministro para Assuntos Econômicos Internacionais da Suécia, Gunar Lund, disse que seu país quer financiar a venda dos caças ao Brasil, com quatro anos de carência e mais 15 anos para o pagamento. Lund teve encontros com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. A nova embaixadora da Suécia, Margareta Winberg, teve encontro com o ministro da Defesa, José Viegas, para mostrar seu interesse na venda. Segundo o ministro sueco, os fabricantes da Gripen estão dispostos a transferir toda a tecnologia dos caças ao Brasil. Pois, segundo ele, esse negócio tem de ser visto no contexto da cooperação industrial entre Brasil e Suécia e, portanto, envolve investimentos em outras áreas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/03/04; *Jornal do Brasil* – Brasil – 18/03/04; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 19/03/04).

Agência Espacial Brasileira deve receber até o fim do ano verba para a retomada do Projeto Espacial

Agência Espacial Brasileira (AEB) diz que deve receber cerca de R\$ 100 milhões até o final do ano para iniciar a retomada do projeto do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) e a reconstrução da infra-estrutura no Centro de Lançamento de Alcântara, no estado do Maranhão. A informação partiu do presidente da AEB, Luiz Bevilacqua. "Tivemos uma resposta afirmativa da Casa Civil e agora estamos em negociação com o Ministério do Planejamento", disse. Ainda não se sabe quando os recursos, na forma de créditos suplementares, estarão disponíveis. De acordo com Bevilacqua, a liberação é essencial ao início da retomada dos trabalhos. O valor equivale à cerca de um terço dos US\$ 100 milhões mencionados pelo ministro da Defesa, José Viegas Filho, durante a apresentação do relatório da investigação do acidente com o terceiro protótipo do foguete brasileiro, na última terça-feira, em Brasília. Também é esperada pela AEB, a aquisição de recursos para o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) que é um projeto de cooperação com a China que já resultou na construção de dois satélites. Espera-se que mais dois possam ser desenvolvidos. A posição da AEB foi colocada em xeque pela crise. Em entrevista à Folha, Bevilacqua foi indagado a respeito de como seria possível para a AEB gerenciar um programa que está em dois institutos de dois ministérios separados, sendo ela mesma uma instituição subordinada a um desses ministérios. Sua resposta foi que a primeira iniciativa para que isso se torne possível, já está sendo tomada e refere-se à criação de duas comissões técnicas para acompanhar os trabalhos tanto no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), órgão da Força Aérea responsável pelo desenvolvimento do VLS, como no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia que constrói os satélites brasileiros. Durante o mês de abril, a agência pretende promover um seminário para discutir a organização do programa espacial. Numa linha parecida, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) fará em abril um evento na Universidade de Campinas (Unicamp) para discutir o relatório do VLS-1 e o futuro do programa espacial. O presidente da SBPC, Ennio Candotti, disse ser favorável ao estabelecimento da AEB como órgão responsável pelo programa. (Folha de S. Paulo – Ciência – 19/03/04).

Viúva de sargento que morreu no atentado do Riocentro pede promoção póstuma do marido

O *Estado de S. Paulo* informou que a viúva do sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu a serviço do Exército, na noite de 30 de abril de 1981, após a explosão de uma bomba no estacionamento do Riocentro – que é um centro de feiras, exposições, congressos e convenções localizado na Cidade do Rio de Janeiro - recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar promover seu marido ao posto de general. O argumento é de que o sargento morreu no cumprimento de ordens. Inicialmente, o caso foi arquivado pelo Exército e considerado como um atentado cometido pela esquerda ativista. Dezoito anos mais tarde, confirmou-se que a bomba que explodiu no colo do sargento seria detonada para conter agitação dos jovens no pavilhão do Riocentro, onde cerca

de 10 mil pessoas assistiam a um show de comemoração do Dia do Trabalho. A esposa do sargento disse que certamente ele sofreria punições caso não cumprisse ordens. O jornal destacou que na época do ocorrido, o sargento Guilherme foi indicado como pertencente ao Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º Exército e foi acusado de fazer parte do corpo de repressão violenta da ditadura militar. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/03/04).

OEA aponta avanços em direitos humanos e faz recomendações ao Brasil

A *Folha de S. Paulo* mostrou que relatório anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entidade ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), trouxe quatro casos de violações ocorridas no Brasil e apontou, apesar de ressaltar avanços, o não-cumprimento de parte das medidas recomendadas. De acordo com Celso França, assessor para assuntos internacionais da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, o relatório é equilibrado e suscita a cooperação entre os governos. Sobre as análises do documento, diz que a intenção da secretaria é implantar as recomendações com a ajuda dos governos estaduais. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/03/04).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que o conteúdo do jornal *O Estado de S. Paulo* não está mais disponível gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias deste jornal utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

**O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq) e Érica Cristina Alexandre Winand (mestranda em História). As informações aqui reproduzidas são de inteira responsabilidade dos jornais.